

MARCELO CÔRTEZ NERI

Por Giovana de Paula

O chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas e Ph.D em economia, Marcelo Côrtes Neri, classifica a última década no Brasil como o império do consumidor e o inferno do trabalhador. Coordenador das duas edições do Mapa do Fim da Fome, uma das principais radiografias da exclusão social brasileira na atualidade, Marcelo Neri acredita que o aumento da violência urbana e o índice recorde de desemprego no Brasil são frutos do abandono das metrópoles, justamente no momento em que os moradores das grandes cidades se tornaram vítimas preferenciais das políticas macro econômicas. Nesta entrevista, concedida por telefone do estado do Pará, onde participava de uma reunião, ele avalia programas sociais como o Fome Zero e o Bolsa Família, defende a estratégia econômica adotada pelo presidente Lula no seu primeiro ano de governo e reconhece o SUS como um dos principais avanços da Constituição de 1988.



Revista Conasems - Gostaria que você começasse avaliando os resultados do segundo Mapa do Fim da Fome. Traz algo de novo ou confirma um quadro já existente?

Marcelo Neri - A pesquisa tem dois números centrais. Primeiro, traz um número grande, que reflete a quantidade de miseráveis que não têm renda suficiente para cobrir uma cesta de consumo de 2.280 calorias dia, estabelecida pela Organização Mundial da Saúde como o mínimo necessário. Aproximadamente 50 milhões de pessoas (29,3% da população brasileira), não têm renda para comprar essa cesta de consumo; que custa cerca de R\$ 79,00/mês por pessoa, a preço de São Paulo. Ao lado desse número grande, há um número pequeno que é quanto cada um dos 120 milhões de brasileiros, que estão acima da linha de miséria, deveriam contribuir para que o problema fosse totalmente aliviado. É uma solução compensatória: cerca de R\$ 15,00 por mês para cada brasileiro acima da linha de miséria. É um número pequeno, tanto que quando lançamos o Mapa do Fim da Fome 1, a maioria das pessoas disseram, em pesquisa de opinião, que aceitariam dar os R\$ 15,00 por mês, desde que o dinheiro chegasse aos mais miseráveis. Esses números, que são na verdade as duas faces da desigualdade brasileira, não mudaram muito nos últimos seis anos. Houve uma estabilidade da pobreza, que nos surpreende dada a crise do país há algum tempo.

R.C - Por que?

M.N - Isto porque, na nossa visão, foi executada uma série de políticas públicas, algumas delas promovidas pela própria Constituição de 88, como a universalização da previdência rural, benefício de

prestação continuada, frentes contra a seca (1998 - 2001), além de programas do governo anterior (Bolsa Escola e Bolsa Alimentação) e do atual governo (Fome Zero). Porém, são políticas que têm um foco para a área rural, nos grotões de miséria, enquanto que nas cidades a pobreza tem aumentado em função da ausência de políticas públicas voltadas para a realidade urbana.

R.C - Isto explica o crescimento da violência urbana nas grandes cidades?

M.N - Exatamente. Em São Paulo, por exemplo, que hoje em dia é um epicentro da violência urbana, a taxa de miséria cresceu 50% entre 1991 e 2000. As áreas metropolitanas, que não são as mais pobres, foram aquelas que sofreram mais. Houve um processo de metropolização da miséria em função dessa crise dos últimos anos, justamente porque as grandes cidades ficaram órfãs de políticas públicas integradas, na linha do que está se fazendo agora com o Bolsa Família. É uma política que prioriza, e eu entendo essa prioridade, os grotões de miséria, embora eu ache que o problema nas áreas metropolitanas tem uma natureza diferenciada. Não é o mesmo tipo de política.

R.C - Quais seriam as políticas mais adequadas para a zona urbana? Geração de emprego, por exemplo?

M.N - Exatamente. Nas áreas urbanas há uma crise particular no mercado de trabalho, o desemprego se aproxima do seu recorde histórico, em torno de 13%. Um dos maiores da série histórica.

R.C - Isto é reflexo da falta de uma política de investimento, de desenvolvimento nacional?



M.N – Eu acho que, primeiro, foi resultado da crise externa, que atingiu mais as grandes cidades, e da própria agenda de reformas adotada pelos governos anteriores e atual. Os perdedores das reformas moram nas grandes cidades. Quem são eles? O operário paulista, que foi prejudicado pela abertura; o funcionário de estatais cariocas, que foram privatizadas; o funcionário público de Brasília, que passou pela Reforma Administrativa. São todos personagens que moram em áreas metropolitanas. Porém, essas mesmas reformas produziram ganhos, porque ao mesmo tempo em que tiraram o emprego de quem trabalhava na telefonia, deram aos consumidores maior possibilidade de acesso ao telefone celular. Com a abertura da economia, as pessoas têm mais acesso a automóveis, a bens de consumo duráveis, a componentes importados. A taxa de acesso a automóveis no Brasil, por exemplo, aumentou quase 30% entre 1991 e 2000. Então, ganhou o consumidor e perdeu o trabalhador.

R.C – Mas aumentou o segmento que tem acesso, ou o consumo se restringe às altas camadas da sociedade?

M.N – Aumentou bastante o segmento. Eu diria que a última década foi o império do consumidor e o inferno dos produtores, em particular os trabalhadores. As pessoas passaram a ter acesso a bens e serviços mais baratos, em função das reformas, mas os trabalhadores perderam salário, emprego. A própria crise de energia afeta mais as grandes cidades.

R.C – Como uma política de consumo se sustenta a longo prazo se não for através de importações?

M.N – Devemos observar também que houve um aumento da carga tributária nesse período, que penalizou mais as grandes cidades, sem uma articulação de políticas públicas para esses perdedores. Vários balões de ensaio sobre políticas de segurança pública, sobre regularização fundiária urbana, foram lançados, mas pouco foi feito neste sentido. Políticas de emprego mesmo, integradas, ainda estão muito embrionárias. Acho que existem várias direções no governo atual que apontam para um caminho importante, como o próprio Programa de Primeiro Emprego e o Ministério das Cidades, embora o orçamento do Ministério das Cidades seja ainda muito pequeno.

R.C – Em relação a essa política de primeiro emprego, que você citou, não há um certo desvir-

tuamento, já que subsidia a iniciativa privada para absorver uma mão de obra jovem que poderia estar sendo financiada para estudar, se desenvolver? E, de certa forma, não tira do mercado de trabalho os profissionais que têm experiência, mas estão sendo alijados em função do menor custo para o setor privado?

M.N – Eu concordo literalmente, tenho escrito algumas coisas sobre isto. O que eu acho é que o primeiro emprego aponta para um norte interessante, que é o norte da inclusão social juvenil metropolitana. Porque 40% dos desempregados na faixa etária do primeiro emprego, 16 a 24 anos, estão nos grandes centros. Então, é uma política que indiretamente se volta para os grandes centros, o que é uma qualidade, embora a forma de se fazer isso não seja a mais adequada pelas razões que você falou. Há um tempo atrás teve uma passeata na França contra o primeiro emprego, cujo cartaz dizia “Papai, consegui um emprego: o seu”. Tem esse efeito de substituição. A

nossa proposta é criar o programa da Segunda Bolsa Escola ao invés do programa de Primeiro Emprego. O jovem que estudar em tempo integral vai voltar para o mercado de trabalho, futuramente, em melhores condições, porque hoje em dia a escolaridade na idade de 16 anos é ainda insuficiente. A vantagem dessa proposta é diminuir a pressão sobre o mercado de trabalho, ao mesmo tempo garantindo condições de vida presente e futura para esse jovem. O primeiro emprego tem uma simbologia importante, mas está dando o sinal errado

porque chama o jovem para o mercado, quando este não está favorável.

R.C – E antes mesmo do jovem poder se qualificar.

M.N – O tipo de crítica que está se fazendo ao Primeiro Emprego se aplica em alguma medida ao principal programa social do governo federal até agora, o Fome Zero. Ele tem um norte correto, que é a capacidade sem precedentes de mobilização da sociedade, herança clara do Betinho e do Josué de Castro. Só que há vários problemas, eu não diria nem operacionais, mas conceituais.

R.C – Você se classifica como “um entusiasta no atacado, mas um crítico no varejo do Fome Zero”. Pode explicar melhor essa auto definição?

M.N – Eu acho que a vocação do Fome Zero é mobilizar a sociedade para o problema, como eu afirmei. A altíssima desigualdade da sociedade

“O Fome Zero tem um norte correto que é a capacidade de mobilização social, herança do Betinho e do Josué de Castro.”